

FACULDADE DAMAS
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO
MARIA RAISSA M. M. AVELINO

**ANTEPROJETO DE UM ABRIGO INSTITUCIONAL NA
IMBIRIBEIRA – RECIFE/PE**

RECIFE
ABRIL/ 2013

FACULDADE DAMAS
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO
MARIA RAISSA M. M. AVELINO

**ANTEPROJETO DE UM ABRIGO INSTITUCIONAL NA
IMBIRIBEIRA – RECIFE/PE**

Trabalho de graduação desenvolvido pela aluna Maria Raissa M. M. Avelino, orientado pela professora Mércia Carrera, apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas como 1º exercício da disciplina de Trabalho de Graduação I, ministrado pela professora Luciana Santiago.

RECIFE
ABRIL/ 2013

Avelino, M. R. M. M.

**Anteprojeto de um abrigo institucional na Imbiribeira, Recife/PE. /
Maria Raissa M. M. Avelino: O Autor, 2013.**

48 folhas: il., fig.

Orientador(a): Profª Mércia Carrera.

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução
Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2013.**

Inclui bibliografia.

**1. Arquitetura 2. Abrigo Institucional 3. Acessibilidade 4.
Arquitetura Inclusiva**

I. Título.

**720 CDU (2.ed.)
725 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2014- 207**

Dedico esse trabalho a minha mãe, meu pai, meus familiares e amigos que me apoiaram nessa importante fase da minha vida com muito amor, carinho e principalmente paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por toda força espiritual e divina que me fortalece todos os dias, tornando meus pensamentos mais leves e plenos.

A minha mãe, Maria do Carmo Avelino, que sempre me apoiou nas minhas escolhas e durante todo o curso, principalmente nas dificuldades desse último ano. Sempre me ligando, perguntando se o trabalho tinha acabado e dizendo, “calma que vai dar tudo certo”. Obrigada por tudo, mãe.

Ao meu pai, Francisco Avelino, por estar presente em minha vida de uma forma tão inspiradora, me dando sempre muito incentivo nas horas que mais precisei. Me apoiando para a conclusão do trabalho.

A meus avós, em especial minha avó Maria do Carmo Melo, que muito me ensinou e que sei que estará presente em minha vida e meus pensamentos.

A todos os meus familiares e amigos que participaram intensamente dessa minha etapa de vida, com paciência e muitas vezes me ajudando nos momentos de dúvida e desespero.

Aos meus amigos da Faculdade Damas, que estão presente comigo desde o primeiro período na FAUPE, e que juntos passamos por momentos muitos difíceis que foram superados.

Dedico aos meus mestres que contribuíram intensamente para o meu desenvolvimento, repassando seus conhecimentos, para criação de uma base fortalecedora de aprendizado. Em especial a minha orientadora, Mércia Carréra, que com toda sua paciência e dedicação me orientou a realizar esse trabalho com competência e confiança.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa minha história e me apoiaram na conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo.

...”Eduque as crianças e não será necessário castigar aos homens”...

Pitágoras

RESUMO

O sistema de acolhimento vem evoluindo no Brasil ao longo dos anos, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente ocorreu uma ruptura com a antiga lógica de atendimento dos orfanatos, assegurando o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. O Estatuto estimula ações de fiscalização e a partir dele foram criados órgãos e manuais para dar suporte as entidades de acolhimento. No entanto existe um déficit de abrigos adequados arquitetonicamente para atender essa demanda. Essa pesquisa tem como objetivo elaborar um anteprojeto de um abrigo institucional na cidade do Recife-PE. A metodologia utilizada no trabalho foi baseada na compreensão de conceitos referentes a Arquitetura Inclusiva e Acessibilidade. Os estudos de casos auxiliaram para a percepção da importância de ambientes acessíveis. Como conclusão da pesquisa foi proposto um anteprojeto de um abrigo institucional firmado na realidade vista nos estudos de caso e nas necessidades físicas dos espaços a partir das normas de arquitetura.

Palavra Chave: Abrigo institucional; acessibilidade e arquitetura inclusiva.

ABSTRACT

The host system in Brazil has evolved over the years , since the enactment of the Statute of Children and Adolescents was a break with the old logic of care in orphanages , ensuring the right of children and adolescents to family and community . The statute encourages enforcement actions and from his organs and manuals were created to support the host entities . However there is a shortage of shelters architecturally suited to meet this demand . This research aims to draft a shelter institution in the city of Recife, Pernambuco . The methodology used in the study was based on the understanding of concepts related to architecture Inclusive and Accessible . The case studies helped to realize the importance of an accessible environment . As a conclusion of the research was a draft of a proposed institutional signed under the reality seen in the case studies and the physical needs of the spaces from the rules of architecture.

Keyword: Shelter building; accessibility and inclusive architecture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Rotação cadeirante..... | 14 |
| Figura 2 – Largura de rampas e Inclinação transversal..... | 15 |
| Figura 3 – Vista patamares das rampas..... | 15 |
| Figura 4 – Revestimento e dimensões das portas..... | 17 |
| Figura 5 – Porta vaivém..... | 17 |
| Figura 6 – Barras de apoio e bacia sanitária..... | 18 |
| Figura 7 – Vagas de estacionamento..... | 19 |
| Figura 8 – Vista aérea da Casa Lar Anjo Gabriel..... | 21 |
| Figura 9 – Vista do terreno e área de lazer..... | 22 |
| Figura 10 – Refeitório..... | 23 |
| Figura 11 – Circulação..... | 23 |
| Figura 12 – Quarto dos bebês..... | 23 |
| Figura 13 – Quarto dos meninos..... | 23 |
| Figura 14 – Garagem e entrada..... | 24 |
| Figura 15 – Brinquedoteca..... | 24 |
| Figura 16 – Vista aérea do Lar Paulo de Tarso..... | 25 |
| Figura 17 – Vista da fachada do Abrigo..... | 25 |
| Figura 18 – Planta baixa esquemática..... | 26 |
| Figura 19 – Vista da sala de estar..... | 27 |

| | |
|---|----|
| Figura 20 – Vista do terraço..... | 27 |
| Figura 21 – Vista do quarto feminino..... | 27 |
| Figura 22 – Vista do quarto masculino..... | 27 |
| Figura 23 – Vista da cozinha..... | 28 |
| Figura 24 – Vista da área de serviço..... | 28 |
| Figura 25 – Vista aérea do Anjo da Guarda..... | 29 |
| Figura 26 – Vista da fachada do Anjo da Guarda..... | 29 |
| Figura 27 – Fachada da escola comunitária..... | 30 |
| Figura 28 – Sala de aula da escola..... | 30 |
| Figura 29 – Planta baixa esquemática..... | 31 |
| Figura 30 – Vista do quarto do cuidador..... | 32 |
| Figura 31 – Vista do quarto da criança..... | 32 |
| Figura 32 – Vista do banheiro..... | 32 |
| Figura 33 – Circulações externas..... | 33 |
| Figura 34 – Circulação central..... | 33 |
| Figura 35 – Quadra para lazer..... | 34 |
| Figura 36 – Localização do bairro da Imbiribeira no entorno..... | 36 |
| Figura 37 – Vista aérea do bairro..... | 37 |
| Figura 38 – Lagoa do Araçá - Imbiribeira..... | 38 |
| Figura 39 – Pista de cooper Lagoa do Araçá..... | 38 |
| Figura 40 – Praça de convivência da Lagoa..... | 38 |
| Figura 41 – Localização do Terreno..... | 39 |
| Figura 42 – Terreno e fluxo de veículos no entorno..... | 40 |

| | |
|--|----|
| Figura 43 – Estudo dos ventos..... | 40 |
| Figura 44 – Mapa de usos..... | 41 |
| Figura 45 – Vista da R. Pe. Carlos Leôncio..... | 42 |
| Figura 46 – Vista da Av. José F. Lins..... | 42 |
| Figura 47 – Organo-fluxograma pavimento térreo..... | 47 |
| Figura 48 – Organo-fluxograma primeiro pavimento..... | 48 |
| Figura 49 – Organo-fluxograma segundo pavimento..... | 48 |
| Figura 50 – Zoneamento pavimento térreo..... | 49 |
| Figura 51 – Zoneamento primeiro pavimento..... | 50 |
| Figura 52 – Zoneamento segundo pavimento..... | 50 |

QUADRO

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Espaçamentos mínimos para funcionamento..... | 10 |
| Quadro 2 - Ambientes necessários para funcionamento..... | 11 |
| Quadro 3 – Critérios de análise dos estudos de caso..... | 35 |
| Quadro 4 – Parâmetros urbanísticos..... | 43 |
| Quadro 6 – Programa e pré-dimensionamento..... | 45 |
| Quadro 7 – Programa e pré-dimensionamento..... | 45 |
| Quadro 8 – Programa e pré-dimensionamento..... | 46 |
| Quadro 9 – Programa e pré-dimensionamento..... | 46 |
| Quadro 10 – Programa e pré-dimensionamento..... | 46 |

GRÁFICO

Gráfico 1 - Percentual de deficientes no Brasil.....20

Gráfico 2 - Tipos de deficiência.....20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNA – Conselho Nacional de Adoção

PE – Pernambuco

PR – Paraná

IPSEP – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

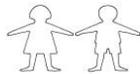
NBR – Norma Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ZEPA – Zona Especial de Proteção Ambiental

ZUP – Zona de Urbanização Preferencial

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo



INTRODUÇÃO

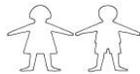
Nas décadas de 1960, 70 e 80 era muito comum a adoção somente de bebês e as crianças mais velhas iam para reformatórios¹, no qual ficavam, na maioria das vezes, até os 18 anos. Em 1990 com a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente os abrigos passam a funcionar de outra maneira. O Estatuto passa a assegurar o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, direcionando o jovem a um abrigo somente em caráter protetivo, excepcional e provisório. (ISTOÉ, 2013)

A transformação ocorrida nessas quatro décadas modificou definitivamente o cenário da adoção no país. No passado adoções que envolviam crianças mais velhas, negras, grupos de irmãos ou com algum tipo de deficiência eram consideradas quase impossíveis. Com isso, as crianças não tinham oportunidade de recomeçar suas vidas em novas famílias, ou de retornar à de origem.

Contudo, dados divulgados no final de Janeiro de 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão responsável pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), mostra que a população está se redimindo a esse preconceito. A mudança que estamos vivendo é reflexo da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da nova lei de adoção, de 2009. Ela obriga os adotantes a participar de um grupo de apoio, onde eles recebem orientações, antes de serem habilitados. Nesses grupos os pais são conduzidos ao pensamento de que não se buscam crianças adequadas às famílias, mas famílias adequadas às crianças.

Um fator essencial para os abrigos é a estrutura, física e psicológica, que ele disponibiliza para as crianças. Muitos não possuem o suporte necessário para receber os jovens, principalmente os que necessitam de cuidados específicos. De acordo com informações da Segunda Vara da Infância e da Juventude (2008) existem 19 abrigos no Recife, nos quais 350 crianças e adolescentes estão abrigados. Dentre eles sete são estaduais, seis municipais e seis não governamentais. Alguns estão com sua capacidade excedida e não possuem uma arquitetura inclusiva, ou seja, não possui acessibilidade para todos os moradores, gerando desconforto para os jovens.

¹ Segundo o dicionário Aurélio reformatório é um estabelecimento a que são recolhidos menores.



Diante da problemática apresentada, esse trabalho procura propor um espaço adequado para amenizar os problemas físicos, sociais e psicológicos trazidos pelas separações provisórias ou destituições familiares, como também promover a implantação de ambientes acessíveis, para que qualquer criança possa se abrigar no local, possibilitando o acompanhamento médico que se faz necessário principalmente para os portadores de deficiência, seja ela visual, motora, mental ou auditiva.

Portanto, a criação de um abrigo institucional com estrutura de apoio física e psicológica, torna-se necessário devido à escassez de locais adequados no Recife. O ambiente vai proporcionar ao usuário participar da utilização de métodos que ajudem no seu crescimento, possibilitando um maior convívio com a população.

A localização do projeto foi definida com o intuito de oferecer as crianças não só um espaço adequado, como também a possibilidade de interagir com a população e a paisagem. O terreno está inserido em um bairro residencial, à beira da Lagoa do Araçá, onde podemos encontrar muitos atrativos para as crianças presentes no abrigo.

O objetivo geral desse trabalho é elaborar um anteprojeto de um abrigo institucional utilizando os princípios da arquitetura inclusiva na Lagoa do Araçá, Recife-PE. Tendo como objetivos específicos criar um espaço que possa melhorar a qualidade de vida das crianças, propor um ambiente adequado as crianças portadoras de deficiência e criar atividades onde as crianças possam interagir com a população local.

O trabalho foi realizado a partir dos seguintes procedimentos metodológicos, primeiramente buscar o embasamento técnico necessário para a elaboração do projeto, a partir da realização de pesquisas bibliográficas com consultas em livros, artigos de jornais e revistas, dissertações, sites, trabalhos de graduação; leis e normas técnicas, para elaboração do projeto.

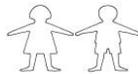
Logo após realizar estudos de caso com exemplos de abrigos em Recife, e fazer uma análise comparativa dos pontos positivos e negativos entre os diversos aspectos existentes. A Casa Lar Anjo Gabriel, que está localizada na Rua Henrique Santos Pepe, 135 – Jardim Aeroporto, Irati – PR, foi o primeiro escolhido devido a todos os trabalhos sociais que nela ocorrem; o Lar Paulo de Tarso situado na Rua Clotilde Machado nº80 – IPSEP, Recife – PE, foi o segundo devido ao fato de estar localizado próximo ao terreno escolhido para implantação da



proposta e por fim o Anjo da Guarda, Paulista - PE escolhido por se tratar de um projeto que tem como diretriz a inclusão social e a maioria de seus internos são deficientes físicos.

Em seguida foi feito um estudo detalhado do local onde será implantado o empreendimento, contextualizando a área e as principais características do bairro e da Lagoa do Araçá, sua localização e histórico. Analisou-se o terreno e as considerações para se construir de acordo com a Legislação de Uso e Ocupação do Solo do Recife.

A última etapa foi a elaboração do anteprojeto, acompanhado de todas as etapas do processo projetual, usando os requisitos das normas da ABNT.



1. REFERÊNCIAL TEÓRICO

O presente capítulo atribuiu embasamento teórico para a elaboração da proposta do anteprojeto. Nele são realizadas pesquisas sobre o conceito de abrigos no Brasil, as legislações pertinentes ao mesmo, são observados os espaços arquitetônicos para a elaboração de uma arquitetura inclusiva tendo como fundamentação a ABNT NBR 9050 e por fim foi feita uma breve análise sobre as necessidades especiais. Todas essas etapas são necessárias para propor um espaço confortável e acessível para os usuários do abrigo.

1.1. O ABRIGO INSTITUCIONAL

A história dos abrigos é antiga no Brasil. A colocação de crianças, adolescentes, pessoas com deficiências e idosos em instituições para protegê-los ou afastá-los do convívio social e familiar foi, durante muito tempo, materializada em grandes instituições de longa permanência, ou seja, espaços que atendiam a um grande número de pessoas, que lá permaneciam até seus dezoito anos. São chamados, popularmente, como orfanatos, internatos, educandários e reformatórios. (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2008).

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, houve uma ruptura com a antiga lógica de atendimento dos orfanatos, assegurando o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, na família substituta. O direcionamento de jovens para abrigos passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (ECA, Art. 92, Art. 101, 1990). O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) procura estimular as ações de fiscalização e controle social, exige a inscrição das entidades que ofertam “programas de abrigo” no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece princípios para a organização desses serviços. (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2008).

De acordo com os princípios estabelecidos no Art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os abrigos devem cumprir sua função de amparar e reestabelecer os direitos da criança, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, propõem a participação na vida da comunidade local,



possibilitando o trabalho de pessoas da comunidade no processo educativo. Cada dia mais as entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional vêm se reestruturando para receber melhor os jovens, mas é notório que nem todos os abrigos possuem a estrutura adequada.

A partir das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de acordo com a Resolução nº 109 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009), as atividades de acolhimento institucional estão inseridas nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pois oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

De acordo com dados da Segunda Vara da Infância e da Juventude (2008) na cidade do Recife podemos observar a existência de 19 abrigos, dentre eles 7 estaduais, 6 municipais e 6 não governamentais. Independentemente da natureza da instituição, elas devem basear-se nos referenciais dos seguintes documentos: Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Política Nacional de Assistência Social e Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças. (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2008).

Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008), existem alguns parâmetros de funcionamento para preservar a integridade física e psicológica do jovem, logo, existem diferentes serviços de acolhimento em diversas modalidades com objetivo de responder na forma mais adequada às demandas da população infanto-juvenil. O manual define o Abrigo Institucional como:

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2008, p.29).

Nesses locais devem ser evitados os atendimentos exclusivos, tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente



(ou não atender) crianças e adolescentes com deficiência ou portadores de HIV, entre outros. O abrigo pode acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo².

1.2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE A UM ABRIGO INSTITUCIONAL

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes devem pautar-se em alguns documentos, são eles: Estatuto da Criança e do Adolescente e Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

1.2.1. O Estatuto da Criança e do Adolescente

O ECA estabelece princípios para a proteção integral à criança e ao adolescente. A partir da sua promulgação, em 1990, os abrigos institucionais passaram a ter uma nova função. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, Art.2) “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (Estatuto da Criança e do Adolescentes, 1990, Art.92).

1.2.2. Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Este documento busca assistir a regulamentação, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, dos locais de acolhimento para crianças e adolescentes. (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2008). Para a elaboração deste

² Conforme Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.



documento foram estudadas ações previstas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, gerando parâmetros de aprimoramento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008, p.38) “Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços”.

O manual estabelece um número máximo de 20 crianças e adolescentes por equipamento e determina alguns aspectos físicos como a localização, características da fachada e aspectos gerais da construção. Em relação ao local ele menciona que devem ser áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos; e deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida, evitando a instalação de placas indicativas da natureza institucional do equipamento.

O manual sugere dimensões e programa mínimos para o funcionamento do abrigo, são eles:

QUADRO 1 - Espaçamentos mínimos para funcionamento

| cômodo | Características |
|--------------------------|---|
| Quartos | <ul style="list-style-type: none">• Nº de crianças / adolescentes por quarto: recomendado: até 4 por quarto; máximo: até 6 por quarto• Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.).• Metragem mínima: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante) |
| Sala de Estar ou similar | <ul style="list-style-type: none">• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.• Metragem mínima: 1,00 m² para cada ocupante. (Ex: - Abrigo para 15 crianças / adolescentes + 2 cuidadores/educadores: 17,0 m ² ; - Abrigo para 20 crianças / adolescentes + 2 cuidadores/educadores: 22,0 m ² .) |
| Sala de jantar / copa | <ul style="list-style-type: none">• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.• Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha)• Metragem mínima: 1,00 m² para cada ocupante. |
| Ambiente para Estudo | <ul style="list-style-type: none">• Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado no próprio ambiente dos quartos, por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários por quarto não inviabilizar que a atividade de estudo/leitura seja nele realizada. Nesse caso, as dimensões dos quartos deverão ser aumentadas para 3,25 m² para cada ocupante. |

FONTE: Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2008.



QUADRO 2 - Ambientes necessários para funcionamento

| <i>cômodo</i> | <i>Características</i> |
|--|---|
| Banheiro | <ul style="list-style-type: none"> • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para cada 5 crianças e adolescentes. • Pelo menos 1 dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência¹¹. • 1 lavatório e 1 vaso sanitário para os funcionários (com chuveiro) |
| COZINHA | <ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. |
| Área de Serviço | <ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento. |
| Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc) | <ul style="list-style-type: none"> • Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, etc (de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos). • Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários. • Os abrigos que já tiverem em sua infra-estrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc, deverão buscar, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo. |
| SALA PARA EQUIPE TÉCNICA | <ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc) • <u>Recomenda-se que este espaço funcione em edificação/localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.</u> |
| SALA DE COORDENAÇÃO / ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | <ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.) O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. • <u>Recomenda-se que este espaço funcione em edificação/localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.</u> |

| <i>cômodo</i> | <i>Características</i> |
|-----------------------------|---|
| SALA / ESPAÇO PARA REUNIÕES | <ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços |

FONTE: Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2008.

Do mesmo modo, também é especificado pelo manual uma equipe mínima de trabalho no abrigo institucional. Baseando-se numa população interna de 20 crianças/adolescentes, devem ser consideradas uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, duas cuidadoras e duas auxiliares de cuidadoras.

A elaboração da proposta do anteprojeto seguiu todos os critérios mencionados no manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, visando um melhor atendimento nos serviços de abrigo, possibilitando à criança e ao adolescente estabilidade no local.



1.3. ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS PARA UMA ARQUITETURA INCLUSIVA

De acordo com Mello (2011, p.01) “A arquitetura inclusiva é a arquitetura que respeita a diversidade humana e gera acessibilidade para todos.” Ela se baseia nos princípios do desenho universal, que são: uso equitativo, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, informação perceptível, tolerância ao erro, baixo esforço físico, tamanho e espaço para aproximação e uso. A intenção é que qualquer ambiente ou produto seja alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do indivíduo e de sua mobilidade. (CAMBIAGHI, 2007)

O conceito de Desenho Universal nasceu em 1960, nos Estados Unidos, como uma reação à discussão sobre a padronização do homem, elaborando um projeto de produtos e ambientes que possam ser utilizados por todos, sem necessidade de adaptação ou projeto específico para pessoas com deficiência. Esse tema passa a ser discutido no Brasil 20 anos depois, com a intenção de conscientizar profissionais da área da construção e já vem sendo incorporado em normas e leis, modificando o olhar da população sobre o tema. (ROSSO, 2012)

Existem normas e leis que explanam os direitos assegurados a todas as pessoas que possuam algum tipo de deficiência, seja ela temporária ou permanente. Um das normas mais aplicadas é a NBR 9050, decorrente da ABNT (2004), que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Para a elaboração da edificação do abrigo foram vistos pontos importantes como:

- Programa arquitetônico: assuntos e sugestões relativas a fluxograma, organograma, atividades a serem desenvolvidas e dimensionamento dos ambientes;
- Conforto ambiental: adaptação com relação à iluminação e a ventilação, eficiência das circulações, dimensionamento dos ambientes, qualidades dos espaços.

Na definição de um terreno para a implantação do abrigo deve ser lavado em conta o grau de poluição sonora, ventilação, insolação, iluminação, facilidade e segurança na acessibilidade, entre outros.



1.3.1. NBR 9050 – Acessibilidade

Segundo a ABNT NBR 9050 (2004, p.01) a palavra acessível é definida como: “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida”.

A norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. É notório que no Brasil a preocupação com a acessibilidade segue os padrões mínimos da norma. Ela estabelece critérios e parâmetros técnicos que devem ser observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. (ABNT NBR 9050, 2004)

A edificação planejada para abrigar as crianças deverá ter enfoque nas soluções arquitetônicas específicas para essa faixa etária, proporcionando ao usuário um ambiente seguro, prático, confortável e acessível, sem que ele necessite de qualquer auxílio. Para a elaboração do abrigo será necessário que todas as áreas possuam instalações especiais, havendo a implantação de equipamentos e materiais necessários funcionamento e qualidade, gerando uma boa locomoção interna e externa. Essas adaptações necessárias devem estar presentes nos caminhos e circulações; rampas e escadas; pisos e corrimão; portas e janelas; sanitários; estacionamento, dentre outras áreas e equipamentos.

Caminhos e Circulações:

Os acessos devem possuir largura mínima de 2m e devem ser acessíveis para a passagem adequada a cadeirantes e pessoas com bengalas, muletas, entre outros. Todas as entradas e rotas de interligação aos principais acessos devem ser acessíveis. Os caminhos entre estacionamento e entrada principal devem constituir uma rota acessível.

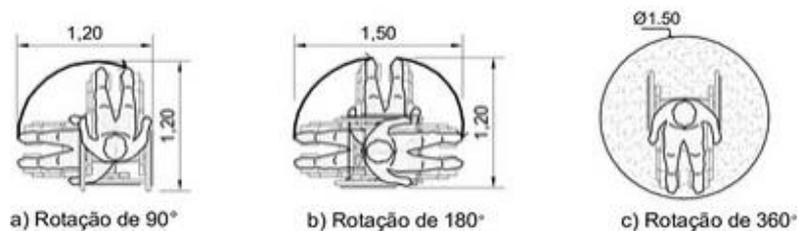
Os pisos devem possuir superfície firme, regular e antiderrapante e se possuir alguma inclinação transversal, deverá ser de 2%. Em áreas de circulação recomenda-se a utilização de pisos diferenciados (pisos cromo-diferenciados e tátil), facilitando o percurso da criança ou funcionário com deficiência sensorial visual.



De acordo com a NBR 9050, a área de giro é o local necessário para uma pessoa utilizando cadeira de rodas girar. Ela deve possuir:

- Áreas de circulação para cadeirante: Deve-se buscar uma largura de 0,80m para a passagem de uma cadeira, 1,20m para a circulação de uma pessoa e uma cadeira de rodas e 1,50m para duas cadeiras de rodas circulararem;
- Manobra para rotação de cadeirante: A manobra necessária para rotação deve ter uma área mínima de 1,20m por 1,20m em uma rotação de 90°; 1,50m por 1,20m para rotação de 180° e uma área de 1,50m de diâmetro para rotação de 360° (Figura 1).

FIGURA 1 – Rotação cadeirante.



FONTE: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.

Rampas e escadas:

- A largura mínima admissível para rampas é de 1,20m, sendo recomendado 1,50m para rotas acessíveis, conforme figura 2. As rampas devem possuir inclinação entre 5% e 8,33% e somente em raros casos pode chegar até 12,5%. Em caso de existirem paredes laterais, se faz necessário a presença do guia de balizamento com altura mínima de 0,05m, instalados nos limites da largura da rampa.

No caso das escadas, elas não devem ser monumentais, a medida dos seus degraus devem ser proporcional (piso, espelho, largura) e é essencial a presença de elementos de proteção. As escadas que ligaram uma andar a outro só podem possuir 21 degraus, incluindo patamar, cada lance deve possuir 15 degraus.



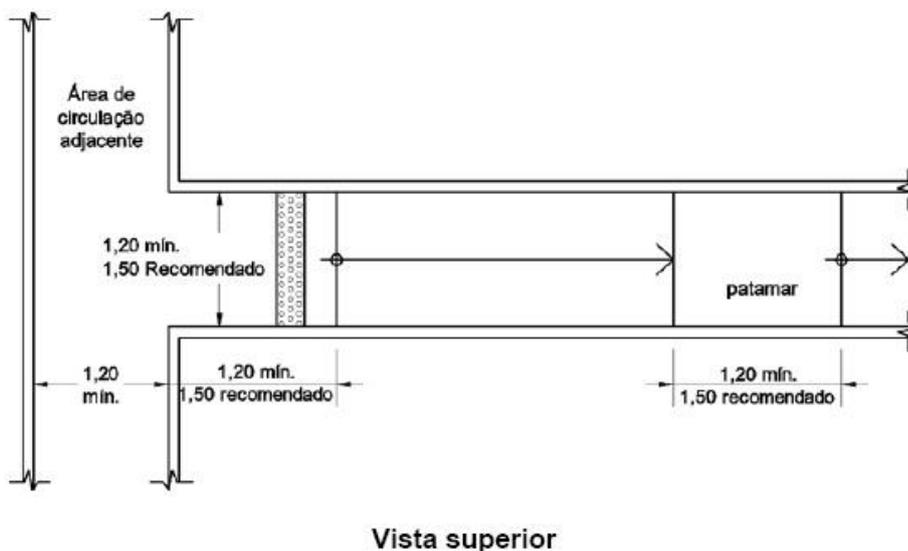
As escadas devem ter largura mínima de 1,80m e os patamares devem seguir a mesma largura. Em escadas com largura superior a 2,70m deve-se prever corrimão central. Deve-se prever um hall com largura mínima de 3,00m em frente a escada. Para não se tornar perigosa, as escadas devem apresentar seus degraus com no mínimo 0,26m (piso) de profundidade e 0,16m (espelho) de altura (Figura 2 e 3).

FIGURA 2 – Largura de rampas e Inclinação transversal

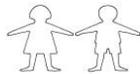


FONTE: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.

FIGURA 3 – Vista patamares das rampas.



FONTE: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.



Pisos e Corrimão:

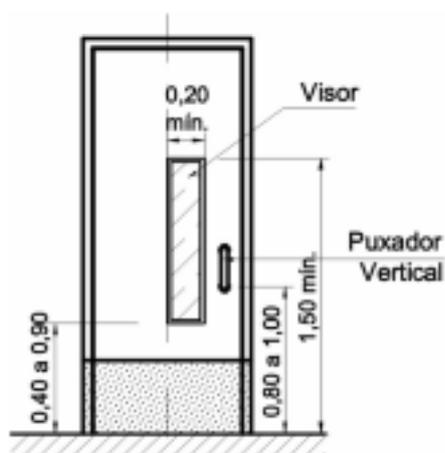
- Para a escolha dos pisos deve-se examinar fatores importantes como a constituição física (porosidade e características térmicas); capacidade de resistência aos desgastes referentes ao clima e adequação para diferentes espaços (área seca e molhada).
- As rampas e escadas devem possuir um corrimão circular com diâmetro entre 3,5cm e 4,5cm, e espaço livre da parede de 4,0cm. Ele deve prolongar-se no mínimo 0,30m antes e depois do término da escada ou rampa. Adota-se 0,92m de altura do piso para as escadas e de 0,70m a 0,92m do piso para rampas. Na necessidade da instalação do guarda-corpo, deve-se seguir as alturas e requisitos técnicos do corrimão.

Portas e Janelas:

- Portas devem possuir vão livre mínimo de 0,80m e altura de 2,10m (Figura 5);
- As portas devem ter maçanetas tipo alavanca, para serem abertas em um único movimento, instaladas a uma altura entre 0,90m e 1,10m. Quando situadas em rotas acessíveis devem possuir revestimento acessível resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, com altura de 0,40m do piso;
- Recomenda-se a utilização de trilhos na parte superior, nos casos de porta de correr;
- As janelas devem considerar os limites de alcance visual, exceto em locais onde deve-se prevalecer a segurança e privacidade.
- Deve ser previsto a colocação de visores em portas vaivém, ele deve possuir largura mínima de 0,20m, tendo sua face inferior situada entre 0,40m e 0,90m do piso (Figura 4).

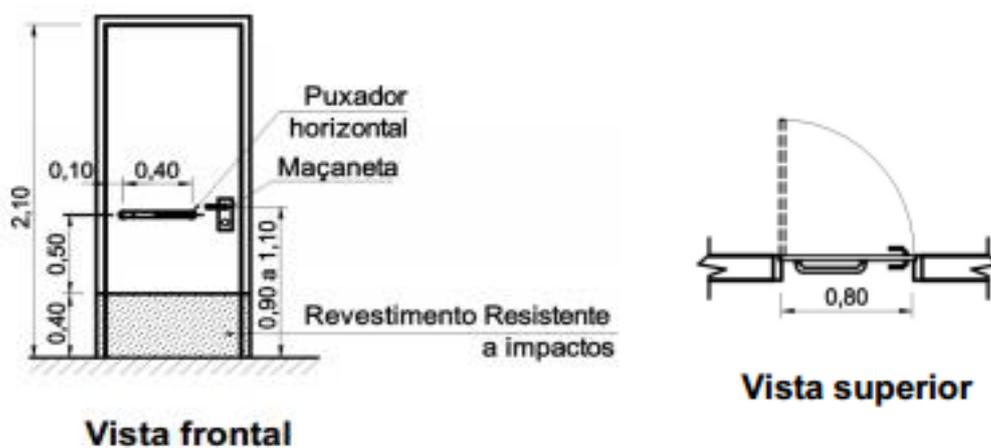


FIGURA 4 – Revestimento e dimensões das portas



FONTE: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.

FIGURA 5 – Porta vaivém



FONTE: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.

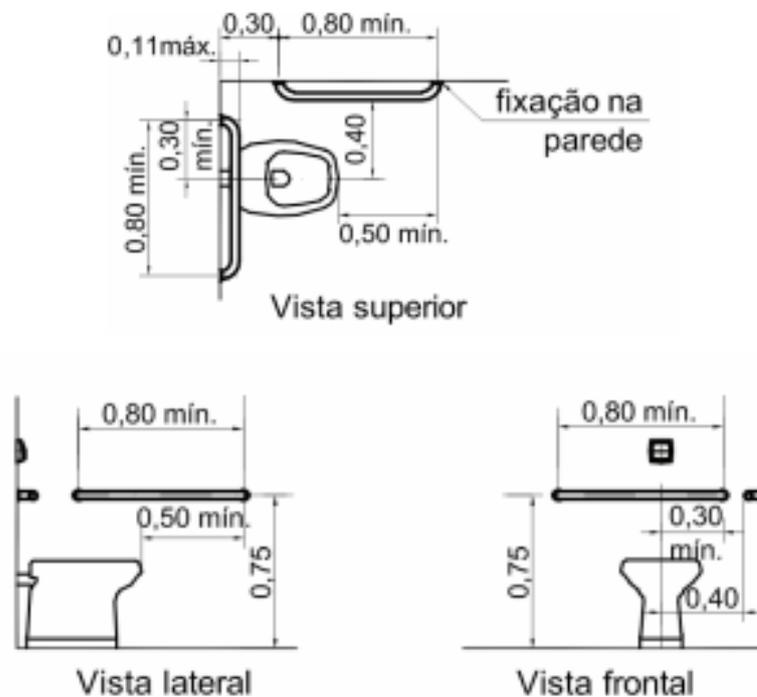
Sanitários:

- Banheiros e vestiários devem ser devidamente sinalizados e localizar-se em rotas acessíveis;
- Na concepção do projeto deve ser prevista área de transferência lateral, diagonal ou perpendicular a bacia sanitária;
- As barras de apoio devem possuir de 0,80m a 0,75m de altura do piso acabado e estar localizadas na lateral e no fundo da bacia sanitária (Figura 6);



- Os lavatórios devem possuir uma altura de 0,80m do piso acabado, medidas a partir da borda superior;
- As bacias sanitárias devem possuir uma altura de 0,43m a 0,45m do piso acabado, medidas a partir da borda superior;
- Deve-se instalar barras de apoio próximas ao lavatório, na altura do mesmo.

FIGURA 6 – Barras de apoio e bacia sanitária



FONTE: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.

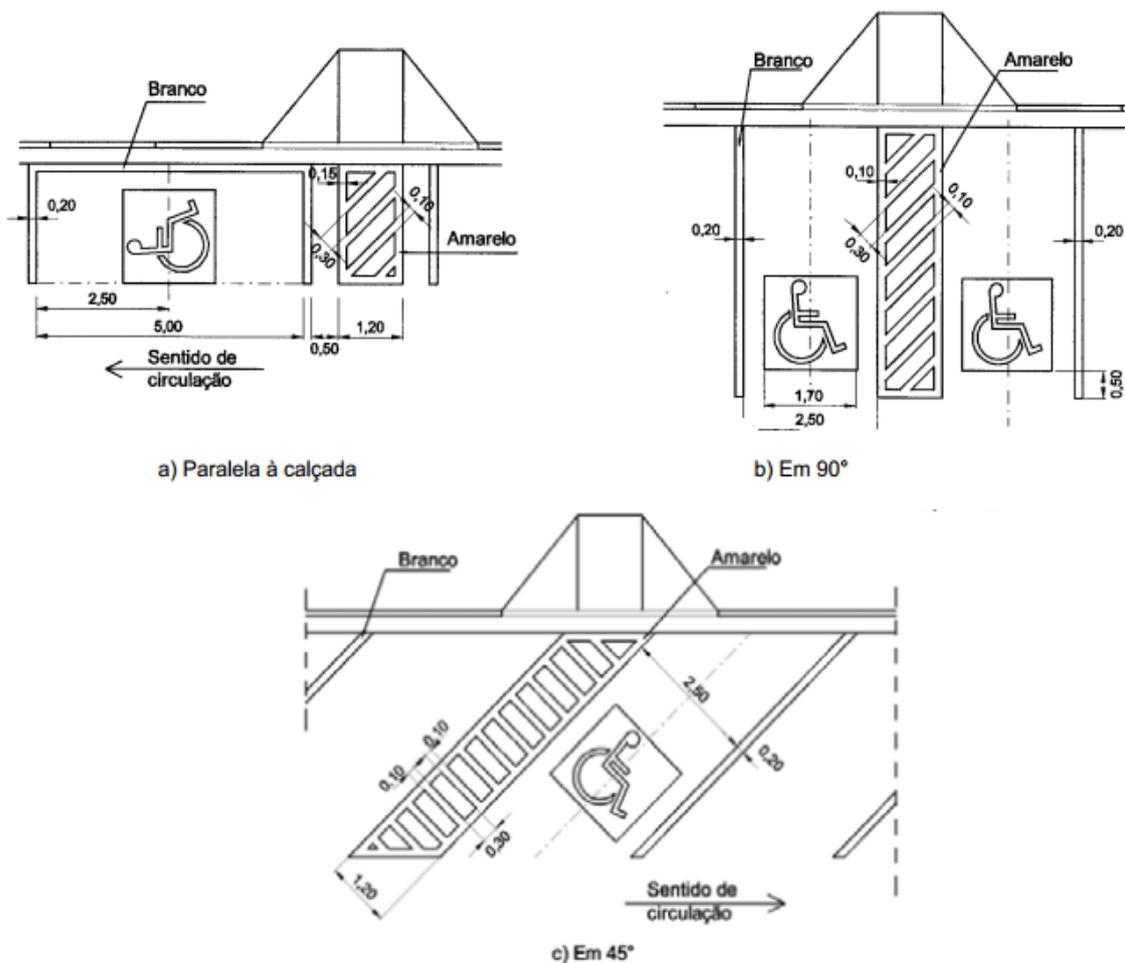
- Todas as barras de apoios a serem instaladas em banheiros e vestiários devem possuir de 3cm a 4,5cm de diâmetro e estar fixadas na parede a 4cm da face interna da barra.
- A distância entre a face externa da barra lateral e o eixo da bacia deve ser de 0,40m, estando posicionada a uma distância mínima de 0,50m da borda frontal da bacia;
- A barra da parede do fundo deve estar a uma distância máxima de 0,11m da face externa até a parede e estender-se no mínimo 0,30m além do eixo da bacia, em direção à parede lateral.



Estacionamento:

Em vagas destinadas a veículos que conduzam ou sejam conduzidos por deficientes devem possuir: sinalização horizontal, espaço complementar de circulação com no mínimo 1,20m de largura (Figura 7) e estar localizada de forma a livrar-se da circulação entre veículos.

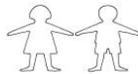
FIGURA 7 – Vagas de estacionamento



FONTE: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.

1.4. AS NECESSIDADES ESPECIAIS: VISUAL, AUDITIVA, MENTAL E MOTORA.

Segundo a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1989, art. 3º) a palavra deficiência é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade,

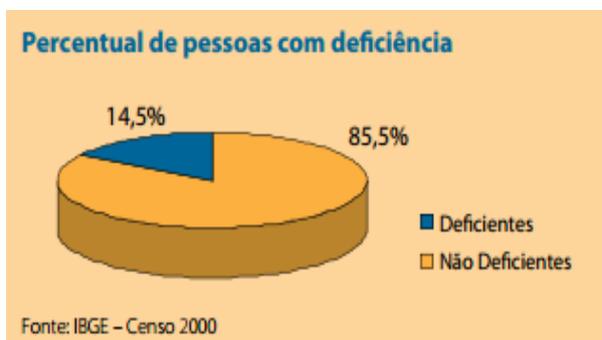


dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. As necessidades especiais podem ser consequência de fatores genéticos ou adquiridos posteriormente, podendo advir de condições visuais, auditivas, mentais, motoras, sensoriais e/ou intelectuais.

Para que os portadores de necessidades especiais possam encontrar conforto nos ambientes é necessária a elaboração de projetos e estudos que atendam suas privações. A deficiência pode ser caracterizada como congênita ou adquirida, em ambas as situações é necessária a implantação de ações específicas para aproximação com a sociedade, visando a introdução da acessibilidade em espaços arquitetônicos e urbanos.

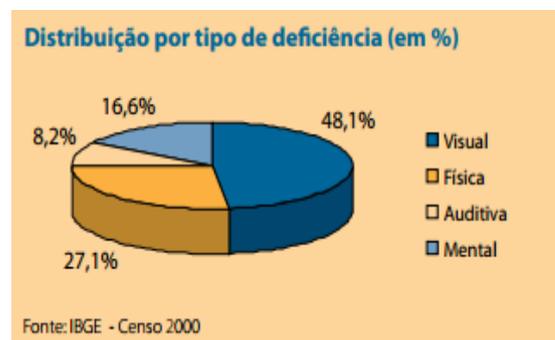
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico de 2000 aponta um índice de 14,5% de pessoas com deficiência no país, sendo ela motora, auditiva, visual ou mental. O Brasil possui um percentual de 48,1% de deficientes visuais, 27,1% de deficientes físicos, 16,6% de deficientes mentais e 8,2% de deficientes auditivos.

GRÁFICO 1 - Percentual de deficientes no Brasil



FONTE: IBGE (Censo 2000)

GRÁFICO 2 - Tipos de deficiência



FONTE: IBGE (Censo 2000)

A partir dos dados apresentados nota-se a importância da aplicação de acessibilidade nos ambientes, não só para os usuários com deficiência permanente, mas também para aqueles que por algum motivo estejam com sua mobilidade, visão ou audição reduzida temporariamente.

Procura-se buscar ainda, a relação dos portadores de necessidades especiais com a população do abrigo, sem exclusões ou afastamentos. Assim como, também, a comunicação com os moradores do bairro.



2. ESTUDOS DE CASO

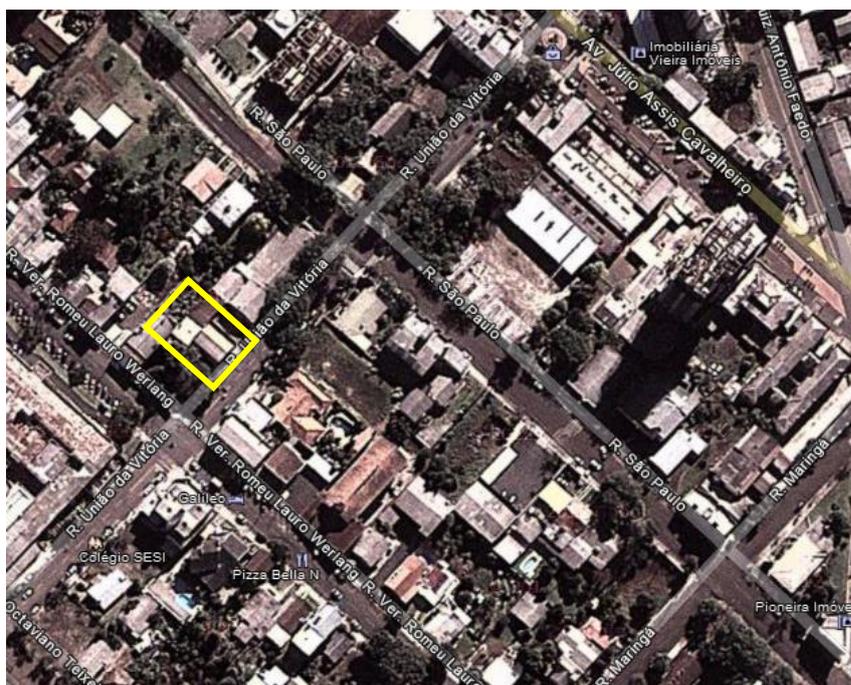
Para o elaboração do presente trabalho foi necessário a realização de estudos de caso. Estes foram de extrema importância para o estudo e conhecimento do tema escolhido. Analisando os programas utilizados e sua viabilidade, assim como os pontos positivos e negativos.

Os estudos de caso foram realizados em três abrigos situados na cidade do Recife. Todos os abrigos visitados possuem realidades semelhantes, cujo programa e ideia de atendimento são equivalentes ao anteprojeto a ser proposto.

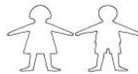
2.1. CASA ABRIGO ANJO GABRIEL – VILA NOVA, FRANCISCO BELTRÃO – PR

O primeiro estudo de caso realizado foi na Casa Abrigo Anjo Gabriel, situado na Rua União da Vitória, 15, Vila Nova, Francisco Beltrão – PR (Figuras 8 e 9). Pelo fato de estar localizado em outro estado, não houve visita ao abrigo, porém, foram feitas entrevistas com os responsáveis pelo local e muitas informações foram retiradas do site da instituição. O abrigo está localizado em um bairro residencial, possui, atualmente, 16 crianças com uma faixa etária que varia de 01 a 12 anos.

FIGURA 8 – Vista aérea da Casa Lar Anjo Gabriel



FONTE: <http://maps.google.com.br/maps> (Google Maps, 2013).



A Casa Lar Anjo da Guarda foi implantada em uma antiga residência, na qual foram feitas adaptações para a instalação do abrigo. Desse modo, a partir das entrevistas realizadas, fica claro que muitos ambientes não possuem as dimensões necessárias para serem acessíveis. O abrigo está centralizada em um terreno amplo, com área de lazer para os internos.

FIGURA 9 – Vista do terreno e área de lazer



FONTE: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/apmi/projetos/casa_abrigo.asp

O abrigo é composto por quatro quartos, refeitório, terraço, área de lazer, garagem, cozinha, sala de administrativa e dois banheiros (Figuras 10 e 11). Pode-se dividir a edificação em 3 setores, são eles: íntimo, serviço, social, lazer e administrativo. Nota-se que o número de crianças por quarto segue as diretrizes previstas no manual Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008), onde é calculado 4 crianças para cada quarto, o que acontece no presente abrigo. Porém, nota-se uma escassez de banheiros no abrigo, o recomendado pelo manual é um banheiro para cada cinco crianças mais um banheiro para funcionários, o que não acontece no presente abrigo, onde há apenas dois banheiros para toda a população do abrigo.

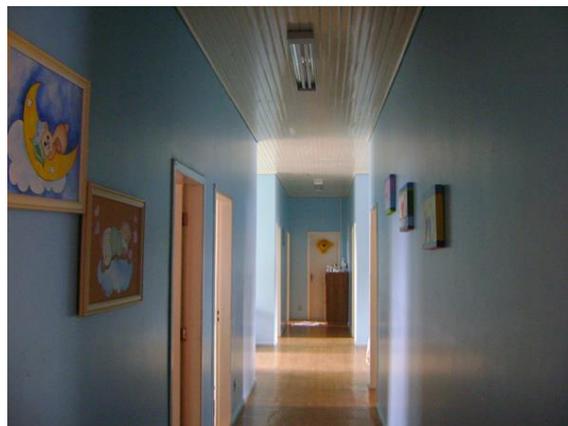


FIGURA 10 – Refeitório



FONTE: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/apmi/projetos/casa_abrigo.asp

FIGURA 11 – Circulação



FONTE: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/apmi/projetos/casa_abrigo.asp

A partir das entrevistas realizadas e das análises das fotos, percebeu-se que as dimensões dos ambientes são adequadas para a passagem de cadeirantes, porém a disposição do mobiliário existente no abrigo impede a circulação nos ambientes (Figura 12 e 13).

FIGURA 12 – Quarto dos bebês



FONTE: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/apmi/projetos/casa_abrigo.asp

FIGURA 13 – Quarto dos meninos



FONTE: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/apmi/projetos/casa_abrigo.asp



Nota-se que o abrigo possui um carro de apoio, assim como é previsto no manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008), além de espaço de lazer para as crianças, garagem com carro de apoio para os internos e brinquedoteca (Figuras 14 e 15).

FIGURA 14 – Garagem e entrada



FIGURA 15 – Brinquedoteca



FONTE: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/apmi/projetos/casa_abrigo.asp

FONTE: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/apmi/projetos/casa_abrigo.asp

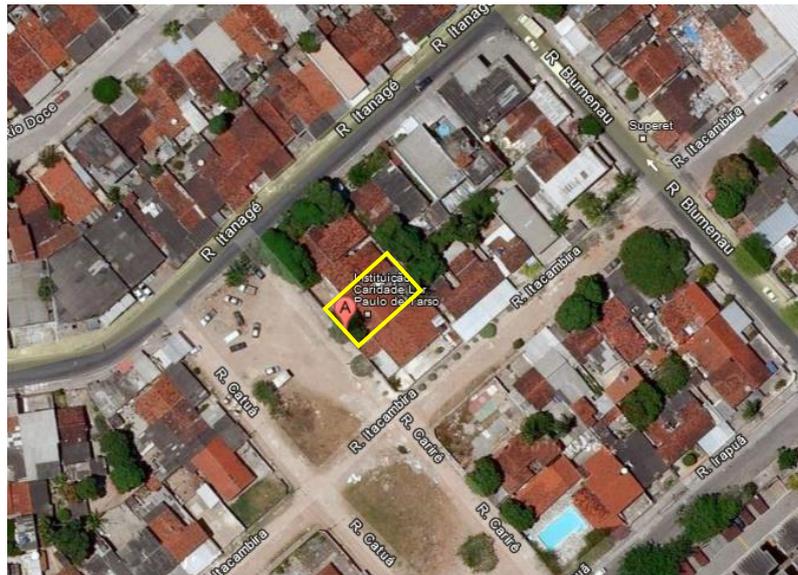
A partir das análises realizadas, percebe-se que o abrigo respeita algumas diretrizes do manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008), porém, outras são ignoradas. Esse fato impossibilita o funcionamento adequado da edificação.



2.2. LAR PAULO DE TARSO – IPSEP, RECIFE – PE

O segundo estudo de caso realizado foi no Lar Paulo de Tarso, situado na Rua Clotilde Machado, 80, IPSEP, Recife – PE (Figura 16 e 17). O abrigo possui, atualmente, 15 crianças com uma faixa etária de 4 a 12 anos. Está localizado em um bairro residencial, assim como o Abrigo Institucional a ser projetado.

FIGURA 16 – Vista aérea do Lar Paulo de Tarso

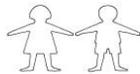


FONTE: <http://maps.google.com.br/maps> (Google Maps, 2013).

FIGURA 17 – Vista da fachada do Abrigo

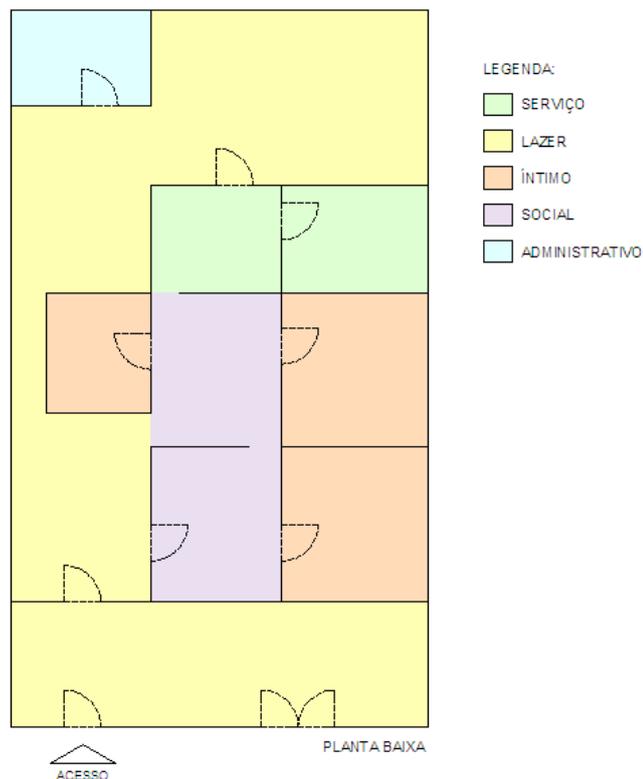


FONTE: <http://www.iclarpaulodetarso.org.br/>



O Lar Paulo de Tarso foi instalado em uma casa que inicialmente tinha uso residencial e posteriormente foram feitas adaptações para a implantação do abrigo. Por esse fato, as circulações e acessos são pequenos e muitas vezes não são acessíveis. O abrigo está inserido em um terreno retangular, sem afastamentos e aberturas laterais. Foi elaborada uma planta baixa esquemática com a setorização e o posicionamento dos ambientes (Figura 18).

FIGURA 18 – Planta baixa esquemática

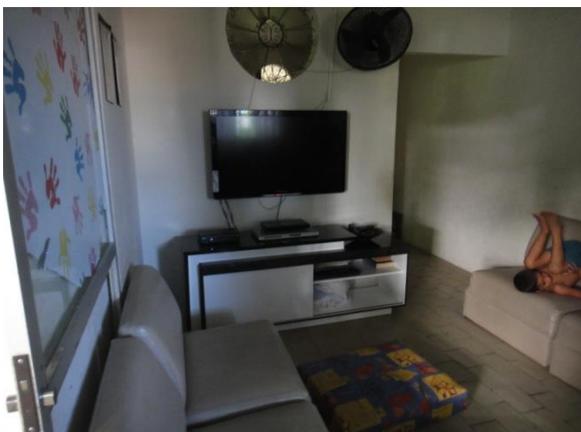


FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

O abrigo é composto por: sala de estar, terraço, parque, jardim, quarto feminino, quarto masculino, antesala, banheiro, cozinha, despensa e duas salas administrativas (Figuras 19 e 20). Podemos observar a partir da planta baixa esquemática que ele é dividido em cinco setores: serviço, onde estão localizadas a cozinha e a despensa; lazer, onde situa-se o parque, o jardim e o terraço; íntimo, onde se localizam os quartos e o banheiro; social, onde está situada a sala e antesala e administrativo, onde há duas salas para assistencial social e almoxarifado.



FIGURA 19 – Vista da sala de estar.



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

FIGURA 20 – Vista do terraço.



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008, p.38) “Recomenda-se que, em cada quarto sejam acolhidas até 4 (quatro) crianças/adolescentes. Esse número não deverá ser superior a 6 (seis) crianças/adolescentes por quarto”. A partir disso, podemos observar que o Lar Paulo de Tarso excede o número de crianças previstas para cada quarto, tendo, no momento, 15 jovens e somente 2 quartos (Figuras 21 e 22). Também ultrapassando o número de usuários por banheiro, tendo apenas um banheiro para toda a população do abrigo, quando deveria existir um banheiro para cada 5 crianças e outro para funcionários.

FIGURA 21 – Vista do quarto feminino.

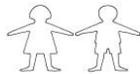


FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

FIGURA 22 – Vista do quarto masculino.



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.



Também foi verificado que a iluminação e ventilação natural não são suficientes nos quartos e sala, quando existem janelas, as mesmas estão bloqueadas por algum mobiliário, necessitando do auxílio de luminosidade e aeração artificiais. Isso não acontece nos demais cômodos, onde a iluminação e ventilação natural são suficientes.

Observou-se que pelo fato de ser uma casa adaptada ao abrigo, muitos ambientes não são acessíveis, tanto pelas dimensões que não condizem com as necessárias à circulação do cadeirante, como pela disposição do mobiliário (Figuras 23 e 24).

FIGURA 23 – Vista da cozinha.



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

FIGURA 24 – Vista da área de serviço.



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

A partir da visita ao local pode-se concluir que pelo fato do abrigo estar instalado em uma edificação projetada para uma residência unifamiliar, muitos aspectos como a acessibilidade, mobiliário específico e a quantidade de ambientes previstos no manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes não são cumpridas. Entretanto, pode-se perceber que o abrigo respeita uma das diretrizes previstas no manual, onde sugere-se a não utilização de placas indicativas da natureza institucional do equipamento e segue o padrão arquitetônico das demais residências.



2.3. ANJO DA GUARDA – PAULISTA - PE

O terceiro estudo de caso foi realizado no Anjo da Guarda, localizado na Rua Barras, 17, Paulista – PE (Figuras 25 e 26). No momento o abrigo possui doze crianças com uma faixa etária de 2 a 14 anos, sendo, em sua maioria, deficientes físicos ou mentais.

FIGURA 25 – Vista aérea do Anjo da Guarda



FONTE: <http://maps.google.com.br/maps> (Google Maps, 2013).

FIGURA 26 – Vista da fachada do Anjo da Guarda



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.



O Anjo da Guarda é uma organização sem fins lucrativos, onde suas atividades são divididas em dois setores, um onde são realizadas as atividades do abrigo e outro onde há uma escola destinada aos internos e a comunidade local. Essa ação já é prevista no manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008, p. 37) onde ele diz que: “Os abrigos que já tiverem em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc, deverão buscar, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local (...)”. Nota-se que o abrigo respeita uma das principais diretrizes presentes no manual, respeitando o padrão arquitetônico das residências do entorno (Figuras 27 e 28).

FIGURA 27 – Fachada da escola comunitária



FIGURA 28 – Sala de aula da escola



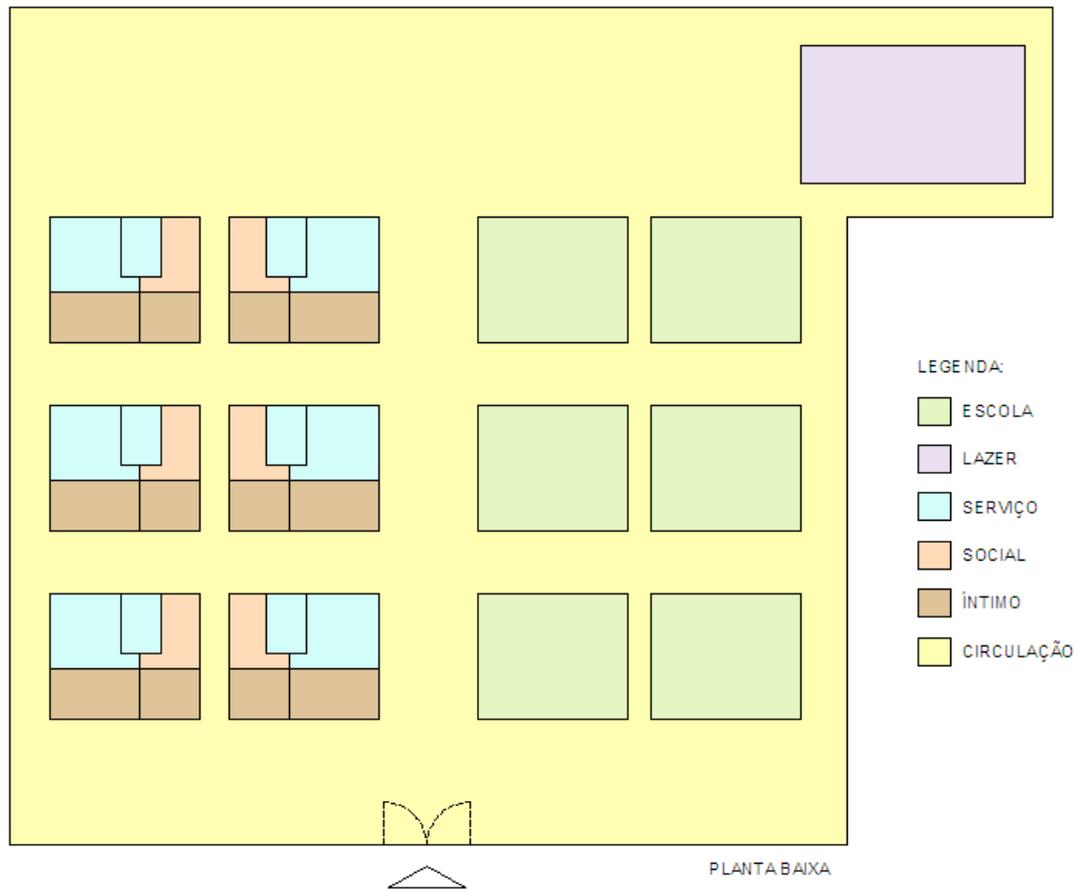
FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

A instituição está instalada em um terreno retangular com doze casas e uma quadra de jogos, seis delas destinadas ao abrigo e as demais dedicadas à escola comunitária. As casas reservadas ao abrigo possuem dois quartos, banheiro, cozinha, sala e terraço, e cada uma delas dispõe de um cuidador e duas crianças. O manual Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes prevê um cuidador para cada 10 crianças, devendo ser aumentado esse número no caso de usuários que demandem atenção específica, o que acontece no presente abrigo, onde podemos encontrar um cuidador para cada duas crianças. Foi formulada uma planta baixa esquemática com o posicionamento e a setorização dessas casas (Figura 29).



FIGURA 29 – Planta baixa esquemática



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

Conclui-se a partir da planta baixa esquemática que o abrigo é dividido em duas zonas, são elas: institucional e comunitária, onde há uma interação com as duas. Dentro da zona institucional podemos observar seis casas, todas com 3 setores, social, íntimo e de serviço. Incorporado no setor social estão a sala e o terraço, no setor íntimo se localizam os quartos e no de serviço estão o banheiro e a cozinha.



FIGURA 30 – Vista do quarto do cuidador



FIGURA 31 – Vista do quarto da criança



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

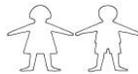
FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

Ambos os quartos possuem iluminação e ventilação natural adequada, e o dimensionamento necessário para a circulação de cadeirantes. Porém, isso não acontece nos banheiros, onde as portas são muito estreitas e há um batente de alvenaria delimitando o box, o que dificulta a locomoção de crianças com cadeira de rodas (Figura 30, 31 e 32).

FIGURA 32 – Vista do banheiro



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.



Percebeu-se que as circulações externas possuem um bom dimensionamento para a circulação de crianças com dificuldades de locomoção, entretanto, estão muito precárias, o revestimento do piso encontra-se quebrado e existem alguns obstáculos no caminho, tudo isso impossibilita a passagem dos internos (Figura 33, 34 e 35).

FIGURA 33 – Circulações externas



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

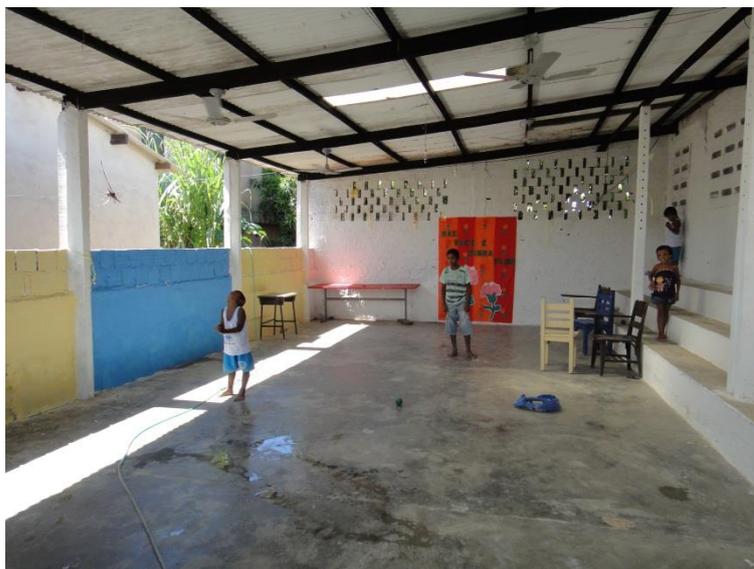
FIGURA 34 – Circulação central



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.



FIGURA 35 – Quadra para lazer



FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

Após a visita ao local, notou-se que o abrigo possui dimensões suficientes para a passagem de cadeirantes, porém, existem alguns obstáculos no caminho, que impedem a locomoção. Por outro lado, a quantidade de ambientes e equipe técnica necessária são respeitados, de acordo com o manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

2.4. ANÁLISE COMPARATIVA

A partir dos estudos de caso realizados, foi possível elaborar um quadro comparativo entre as três visitas. As análises foram direcionadas pelos parâmetros descritos previamente no referencial teórico, são eles: nº de crianças, programa, conforto ambiental (ventilação e iluminação), acessibilidade, mobiliário, banheiros, estacionamento (Quadro 3).



QUADRO 3 – Critérios de análise dos estudos de caso

| ITENS AVALIADOS | CASA ABRIGO ANJO GABRIEL | LAR PAULO DE TARSO | ANJO DA GUARDA |
|---|--|--|--|
| Nº de crianças | Possui o número limite por quarto. | Não está com sua capacidade excedida. | A quantidade de crianças está adequada com a capacidade do local. |
| Programa | Não possui todos os ambientes necessários no manual. | Nota-se a ausência de quartos e bwc's suficientes para a quantidade de crianças. | O programa é suficiente para atender as demandas do abrigo. |
| Conforto Ambiental: Ventilação e Iluminação | Possui todas as aberturas necessárias para o conforto das crianças. | Percebe-se que nos quartos e sala há uma deficiência na iluminação e ventilação natural, quando ela existe, há um mobiliário impedindo a passagem. | Todos os ambientes são bastante ventilados e bem iluminados. |
| Acessibilidade | A dimensão dos ambientes é suficiente para passagem de cadeirantes, porém encontram-se obstáculos. | Não é acessível, pelo fato de ser uma casa adaptada. Não possui dimensões necessárias e o mobiliário impossibilita a circulação de cadeirantes. | Todos os ambientes possuem dimensões suficientes para a passagem de cadeira de rodas, porém, alguns deles apresentam barreiras que impedem a passagem. |
| Mobiliário | Frequentemente impossibilita a passagem de cadeirantes. | Impede a passagem de pessoas com dificuldade de locomoção. | Está bem disposto em todos os ambientes. Possibilitando a passagem de cadeirantes. |
| Banheiros | São insuficientes para a quantidade de pessoas e não são acessíveis. | Não é insuficiente para a quantidade de pessoas no local e não é acessível. | São suficientes para a quantidade de crianças, mas não possuem dimensões necessárias para a passagem de cadeirantes. |
| Estacionamento | Há vagas de estacionamento no interior do abrigo. | Não há estacionamento interno. Os visitantes e funcionários estacionam na rua. | As vagas de estacionamento são suficientes para a demanda do abrigo. |

| | |
|--|--------------|
| | EXCELENTE |
| | BOM |
| | REGULAR |
| | INSUFICIENTE |

FONTE: Arquivo pessoal, 2013.

A partir da análise do quadro, é notório que nenhum dos abrigos segue todos os parâmetros descritos anteriormente no quadro e analisados no referencial teórico. Sendo o abrigo Anjo da Guarda o que possui menos pontos negativos.



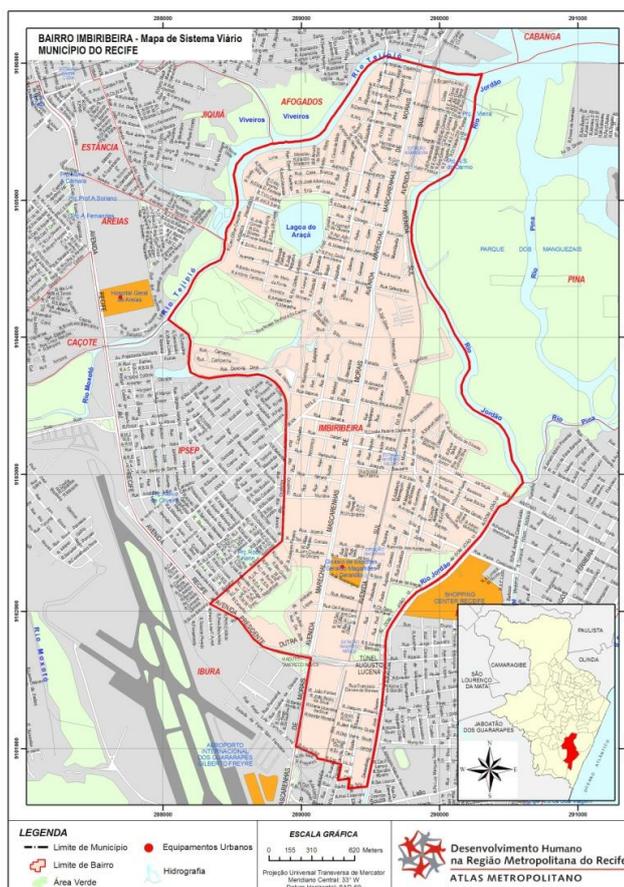
3. ANÁLISE DA ÁREA

O presente capítulo introduz o histórico e a evolução do bairro em que está situado o terreno escolhido. Logo após, tem-se a indicação da localização do terreno em que será feita a proposta deste trabalho, além de contextualizá-lo no ambiente urbano da cidade do Recife. Será apresentado um estudo dos condicionantes climáticos do local, assim como, também, a legislação construtiva definida pela Prefeitura do Recife para a área.

3.1. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO BAIRRO

O terreno escolhido para a implantação do Abrigo Institucional está situado no bairro da Imbiribeira, a beira da Lagoa do Araçá, na cidade do Recife (Figuras 36 e 37).

FIGURA 36 – Localização do bairro da Imbiribeira no entorno



FONTE: <http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-6/imiribeira/>



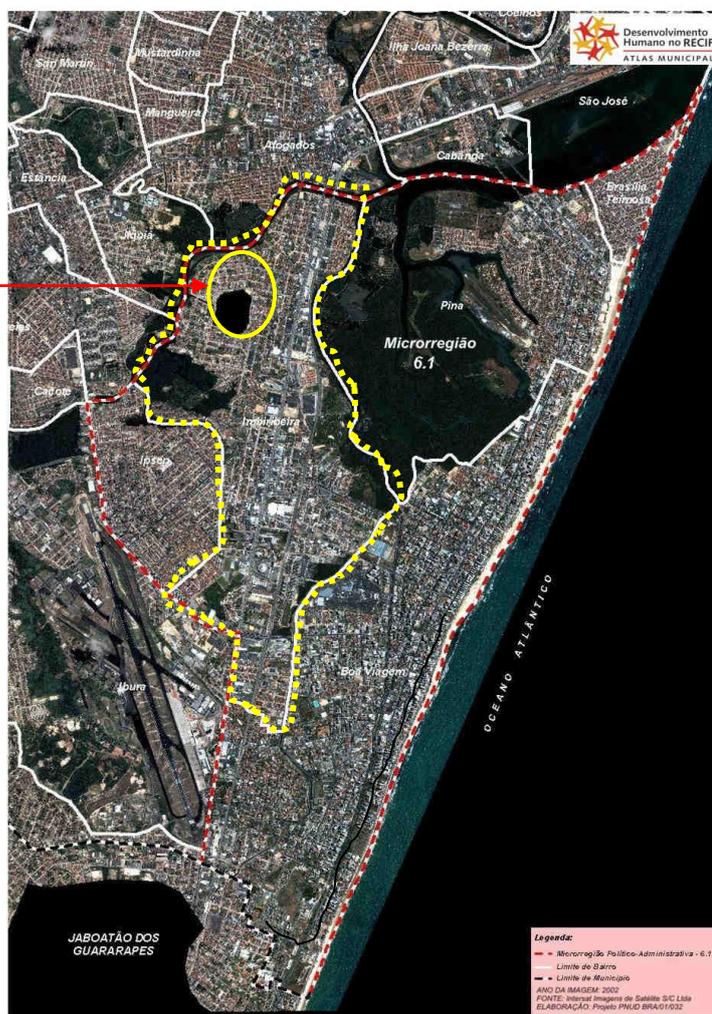
O bairro teve sua origem no antigo Sítio da Barreta, uma grande extensão de terras entre Recife e Jaboatão onde, em 1630, existia um engenho e um depósito para armazenar o açúcar.

O nome da localidade vem de uma árvore de grande porte chamada Imbiriba, vermelha ou preta, da família das Myrtaceas, muito vulgar na nossa flora, e de grande utilidade, porquanto fornece o melhor esteio para o chão e as ripas para a cobertura das casas, (...) (COSTA, F. A., 2001, p.113)

Tem o nome vulgar de Imbiribeira, um grande trato territorial que se estende da Ponte Motocolombó, no extremo sul da população de Afogados, até as confrontações de Boa Viagem, tendo por delimitação a oeste a estrada de rodagem. (COSTA, F. A., 2001, p.113)

FIGURA 37 – Vista aérea do bairro

Lagoa do Araçá



FONTE: <http://>

http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005/sate-lite-micro-6_1.jpg



Atualmente a Imbiribeira é entrecortada pela extensa Avenida Mascarenhas de Moraes e possui a única lagoa natural do Recife, a Lagoa de Araçá, e um parque ecológico (Figura 38), situado no antigo Sítio do Araçá, com 12 hectares e dois bosques. Integra a 6ª Região Político-Administrativa da cidade, faz limite com os bairros do Pina, Boa Viagem, IPSEP, Jiquiá e Afogados.

FIGURA 38 – Lagoa do Araçá - Imbiribeira



FONTE: <http://www.skateparksdobrasil.com/2011/03/lagoa-do-araca-recife.html>

A partir de visitas ao local podemos observar que o bairro possui infraestrutura satisfatória para os moradores, disponibilizando abastecimento de água, esgotamento sanitário e rede de luz elétrica, o que viabiliza a implantação do abrigo (Figuras 39 e 40).

FIGURA 39 – Pista de cooper Lagoa do Araçá



FIGURA 40 – Praça de convivência da Lagoa

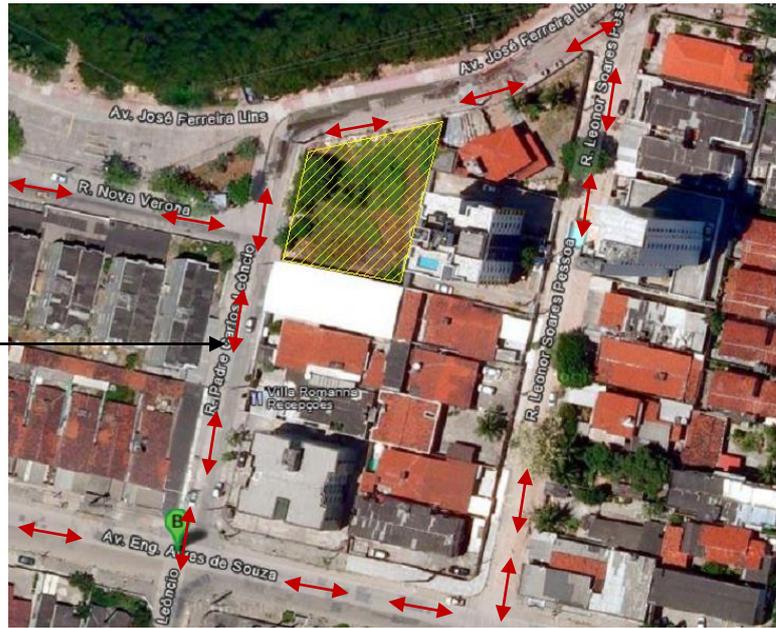


FONTE: <http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br> **FONTE:** <http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br>



FIGURA 42 – Terreno e fluxo de veículos no entorno

Fluxo de carros



FONTE: <http://maps.google.com.br/maps> (Google Maps, 2013).

3.3.CONDICIONANTES CLIMÁTICOS E ENTORNO

Ao analisar a insolação no terreno, é notório que a Lagoa está voltada para o norte. Com isso, a locação ideal dos ambientes de maior permanência é para o leste, onde o sol nasce e preferencialmente para o sudeste onde se localizam os melhores ventos durante nove meses do ano (Figura 43).

FIGURA 43 – Estudo dos ventos



FONTE: <http://maps.google.com.br/maps> (Google Maps, 2013).



Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008), alguns aspectos físicos, como a localização, devem ser levados em conta. Deve-se buscar áreas residenciais, mantendo aspectos semelhantes ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida, evitando a instalação de placas indicativas da natureza institucional do equipamento. Por consequência, a escolha deste terreno foi impulsionada pela grande quantidade de residências no seu entorno (Figura 44), visando o baixo grau de poluição sonora, e por possuir edificações com baixo gabarito, oferecendo boa ventilação e iluminação.

FIGURA 44 – Mapa de usos



LEGENDA:

| | | |
|--|---|--|
|  TERRENO |  EDF. DE USO MISTO |  PRAÇA PÚBLICA |
|  RESIDÊNCIA |  ACADEMIA |  EDF. RESIDENCIAL |

FONTE: <http://maps.google.com.br/maps> (Google Maps, 2013).

A área que circunscreve o terreno escolhido apresenta em sua tipologia edificações com baixo gabarito, predominantemente de residências térreas com a presença alguns edifícios (Figuras 45 e 46). Desta forma a proposta para o anteprojeto irá respeitar a horizontalidade presente no entorno imediato, buscando manter a escala e gabarito das edificações existentes na área.



FIGURA 45 – Vista da R. Pe. Carlos Leônico



FONTE: Autora,2013.

FIGURA 46 – Vista da Av. José F. Lins



FONTE: Autora,2013.

3.4. LEGISLAÇÃO

O bairro onde o terreno está localizado pertence a uma das subdivisões regionais do Recife, a ZEPA (Zona Especial de Proteção Ambiental).

De acordo com o Artigo 9 da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), ZEPAs são áreas de interesse ambiental e paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização do ambiente e aquelas destinadas a atividades esportivas ou recreativas de uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, mangues e açudes.

Devido a área total do terreno ser de 1.002,67m², a parcela de solo natural exigida será de 25%, que resultará em 250.66m². As condições de aproveitamento e ocupação solo da ZEPa, em certos casos, como no do terreno em questão, pode ser baseado na ZUP 1, pois a lei não prevê parâmetros urbanísticos para essa zona. O edifício deverá ter afastamento frontal de 5,0 metros e recuos laterais e de fundo de 1,5 metros (Quadro 4).



QUADRO 4 – Parâmetros urbanísticos

| ZONAS | PARÂMETROS URBANÍSTICOS | | | | | REQUISITOS ESPECIAIS |
|----------------------------------|-------------------------|------|----------------------------------|------------------|-----------------|----------------------|
| | TSN | μ | AFASTAMENTO INICIAL MÍNIMO (Afi) | | | |
| | | | FRONTAL | LATERAL E FUNDOS | | |
| | | | | Edif. <= 2 Pavt. | Edif. > 2 Pavt. | |
| ZONAS DE URBANIZAÇÃO | | | | | | |
| ZUP 1 | 25 | 4,00 | 5,00 | nulo/1,50 | 3,00 | A,B,C,D |
| ZUP 2 | 50 | 3,00 | 7,00 | nulo/1,50 | 3,00 | A,C,E |
| ZUM | 20 | 2,00 | 5,00 | nulo/1,50 | 3,00 | A,B,C,D |
| ZUR | 70 | 0,50 | 5,00 | nulo/1,50 | 3,00 | A,B,C,D |
| ZONAS ESPECIAIS DE CENTRO | | | | | | |
| ZECP | 20 | 7,00 | nulo | nulo/1,50 | nulo/3,00 | A,B,C,D,F |
| ZECS | 20 | 5,50 | nulo | nulo/1,50 | nulo/3,00 | A,B,C,D,F |
| ZECM | 20 | 5,50 | 5,00 | nulo/1,50 | 3,00 | A,B,C,D |

FONTE: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/>

Pelo fato de não possuir nenhum requisito de estacionamento para Abrigos Institucionais na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade do Recife, tomou-se como base o manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008), onde é definida uma vaga para o abrigo, sendo ela acessível baseando-se na NBR 9050 e compatível com o veículo de transporte das crianças. Também foram postas mais duas outras vagas para visitantes.

Com base na Lei nº16.292/97 de Edificações e Instalações na Cidade do Recife, as áreas previstas para lixo são importantes na criação do anteprojeto, como também o reservatório superior e inferior destinados ao consumo diário.

O cálculo de lixo será de 4,6l de lixo por pessoa, onde será utilizado tonéis de 100 litros. A partir disso, o presente projeto apresenta as seguintes quantidades para armazenamento do lixo:

Total do cálculo: 40 (pessoas) x 4,6L = 184 litros

Para a obtenção do volume de água necessário para abastecer a escola foi necessário o seguinte cálculo:

População do abrigo: 40 pessoas, sendo 150L o consumo diário de cada uma.



$$150 \times 40 = 6000L$$

Reservatório Superior: volume total acrescido da reserva destinada a prevenção e combate a incêndio de 7.200 litros.

$$\text{Reservatório Superior} + \text{Taxa de incêndio} = 6.000 + 7.200 = 13.200L$$

Reservatório Inferior: calcula-se duas vezes a capacidade do reservatório superior.

$$2 \times 13.200 = 26.400L$$

O presente capítulo abordou sobre a caracterização da área de implantação do terreno proposto, onde o objetivo foi a coleta de dados que garantam viabilidade ao projeto.



4. PROPOSTA DE ANTEPROJETO PARA UM ABRIGO INSTITUCIONAL

Esse capítulo apresenta a proposta final do anteprojeto arquitetônico, primeiramente foram elaboradas diretrizes gerais para o desenvolvimento do anteprojeto de um Abrigo Institucional.

Para a elaboração da proposta foram estudados os acessos e fluxos; a implantação e volumetria; o entorno; o partido arquitetônico, leis e normas referentes ao abrigo institucional e a acessibilidade.

Para concluir o capítulo foram expostas as pranchas arquitetônicas na seguinte ordem: planta de situação, planta de locação e coberta, plantas-baixas (layout e especificações), cortes (transversais e longitudinais), fachadas e perspectivas.

4.1. DIRETRIZES INICIAIS

Foram elaboradas algumas diretrizes iniciais relevantes para a elaboração do anteprojeto arquitetônico do Abrigo Institucional, consequência de leituras e estudos sobre o tema e o local de implantação da proposta. As diretrizes foram formuladas com a intenção de integrar a forma e a função da melhor maneira, estruturando a base do anteprojeto, são elas:

- Criar uma edificação semelhante as residências do entorno;
- Propor espaços e mobiliário com dimensões adequadas a todos seus usuários;
- Proporcionar seguranças as crianças;
- Setorizar os ambientes conforme os tipos de usuários e funções;
- Implantar áreas de jardim e lazer, proporcionando aconchego e proximidade com a natureza;
- Elaborar o anteprojeto do abrigo de acordo com as normas de acessibilidade da NBR 9050, tornando-a acessível a todos os usuários.



4.2. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Para o desenvolvimento da Proposta de Anteprojeto do Abrigo Institucional foi necessário a elaboração de um programa de necessidades. A partir desse programa foram definidos os ambientes que fazem parte do abrigo, proporcionando o funcionamento adequado das atividades realizadas (Quadros 6, 7, 8, 9 e 10).

Os espaços que fazem parte desse programa foram inseridos a partir da leitura do manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, dos estudos de caso realizados e do estudo da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, 2004.

QUADRO 6 – Programa e pré-dimensionamento

| SETOR DE SERVIÇOS | DIMENSÃO |
|--------------------|-------------------|
| COZINHA | 17 m ² |
| ÁREA DE SERVIÇO | 5 m ² |
| DESPENSA | 3 m ² |
| QUARTO FUNCIONÁRIO | 10 m ² |
| BWC FUNCINÁRIO | 4 m ² |

FONTE: Autora, 2013.

QUADRO 7 – Programa e pré-dimensionamento

| SETOR SOCIAL | DIMENSÃO |
|------------------|-------------------|
| SALA DE ESTAR | 22 m ² |
| SALA DE JANTAR | 27 m ² |
| SALA DE ESTUDOS | 22 m ² |
| ESTAR SOCIAL | 40 m ² |
| BWC 02 | 5 m ² |
| BRINQUEDOTECA 01 | 41 m ² |

FONTE: Autora, 2013.



QUADRO 8 – Programa e pré-dimensionamento

| SETOR ÍNTIMO | DIMENSÃO |
|------------------|--------------------|
| QUARTO 01 | 29 m ² |
| QUARTO 02 | 46 m ² |
| QUARTO 03 | 29 m ² |
| QUARTO 04 | 52 m ² |
| QUARTO 05 | 44 m ² |
| BWC 06 | 5,9 m ² |
| BWC 07 | 5 m ² |
| BRINQUEDOTECA 02 | 43 m ² |
| BWC 08 | 4,9 m ² |
| SALA DE ESTUDOS | 40 m ² |
| BWC 09 | 4,9 m ² |

FONTE: Autora, 2013.

QUADRO 9 – Programa e pré-dimensionamento

| SETOR ADMINISTRATIVO | DIMENSÃO |
|------------------------|--------------------|
| SALA DE AULA 01 | 35 m ² |
| SALA DE AULA 02 | 30 m ² |
| SALA DE AULA 03 | 54 m ² |
| SALA DE DANÇA | 84 m ² |
| DEPÓSITO | 5,9 m ² |
| BWC 03 | 5,9 m ² |
| BWC 04 | 4,9 m ² |
| BWC 05 | 4,9 m ² |
| SALA DE ARTES | 95 m ² |
| SALA P/ EQUIPE TÉCNICA | 45 m ² |
| SALA COORDENADORA | 15 m ² |
| SALA P/ ASSIST. SOCIAL | 15 m ² |
| SALA P/ REUNIÕES | 52 m ² |

FONTE: Autora, 2013.

QUADRO 10 – Programa e pré-dimensionamento

| SETOR LAZER | DIMENSÃO |
|-------------|-------------------|
| PARQUE | 50 m ² |
| QUADRA | 35 m ² |

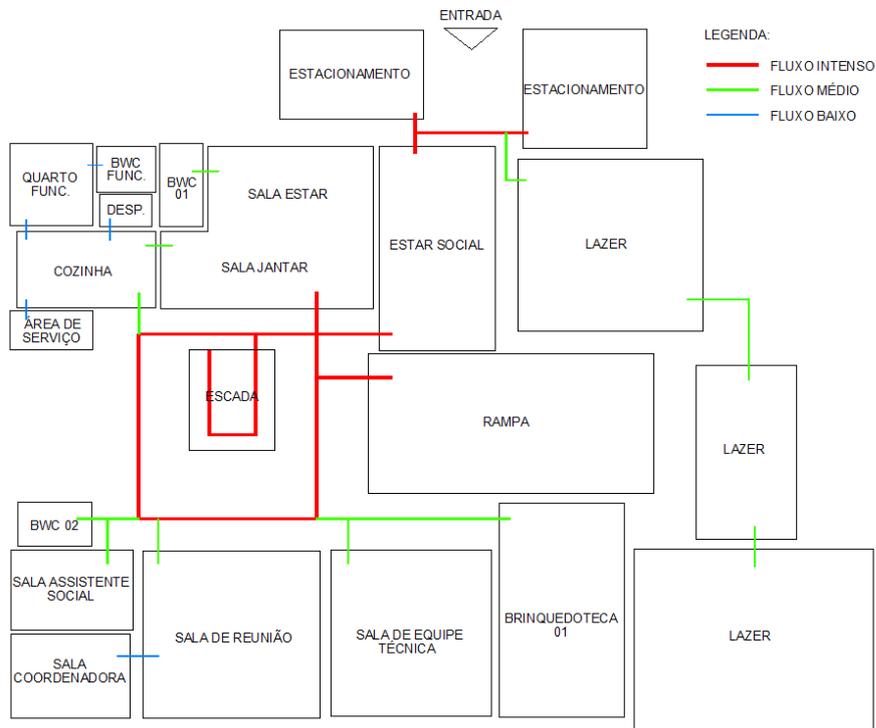
FONTE: Autora, 2013.



4.3.ORGANO-FLUXOGRAMA

O organo-fluxograma tem a função de organizar os ambientes de forma hierárquica e evitar o cruzamento indesejado de fluxos. Nele é apresentada a intensidade de movimentação entre os cômodos da edificação. A partir do mesmo, podemos dimensionar as circulações e perceber qual a melhor localização de cada ambiente.

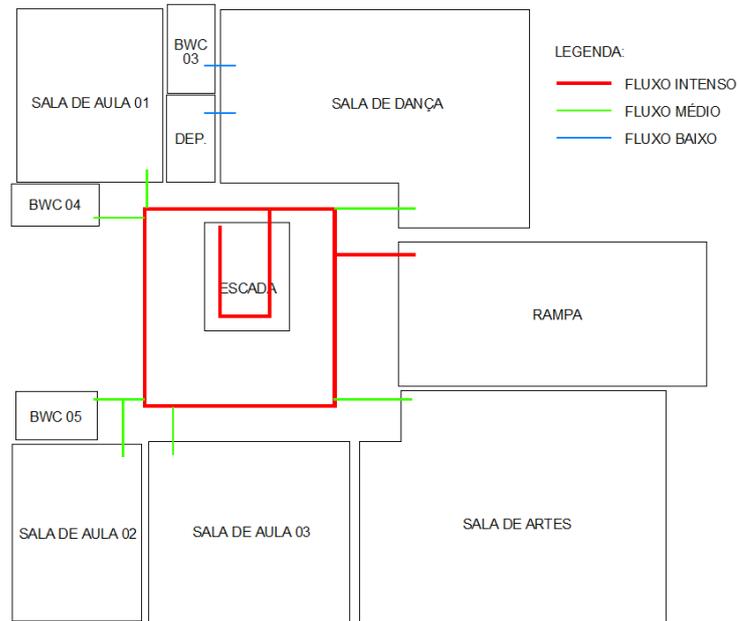
FIGURA 47 – Organo-fluxograma pavimento térreo



FONTE: Autora, 2013.

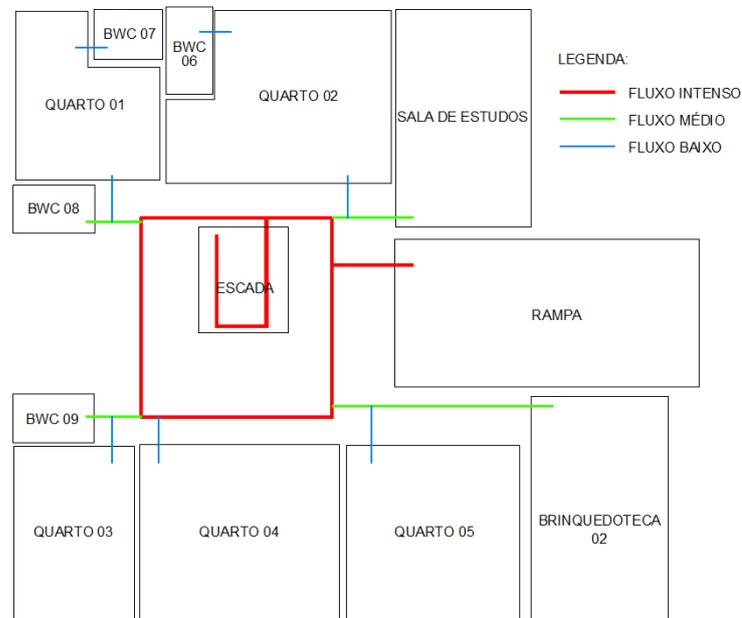


FIGURA 48 – Organo-fluxograma primeiro pavimento



FONTE: Autora, 2013.

FIGURA 49 – Organo-fluxograma segundo pavimento



FONTE: Autora, 2013.

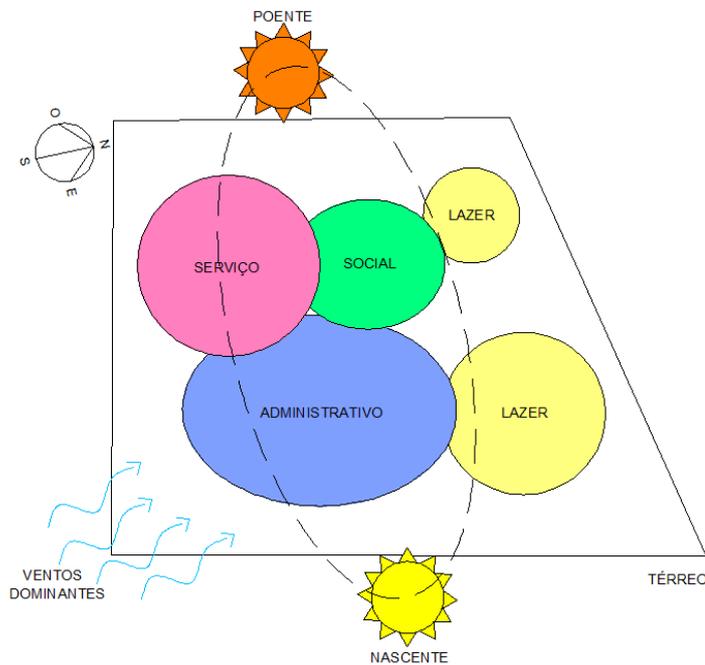
Pode-se observar que nos três pavimentos a circulação social central, a escada e a rampa possuem um fluxo intenso, nas demais varia de médio a baixo fluxo. Logo, percebe-se a necessidade de um espaço mais dimensionado para essa passagem.



4.4.ZONEAMENTO

Para uma melhor organização dos espaços internos e compreensão do funcionamento do abrigo foi elaborado um zoneamento (Figuras 50, 51 e 52). A partir dos setores definidos no programa de necessidades, foi realizado o estudo dos ventos para perceber em que local do terreno seria mais confortável a localização de cada setor. Os cinco setores foram posicionados de acordo com o tempo de permanência e o tipo de atividade produzida em cada um (Figuras 47, 48 e 49).

FIGURA 50 – Zoneamento pavimento térreo



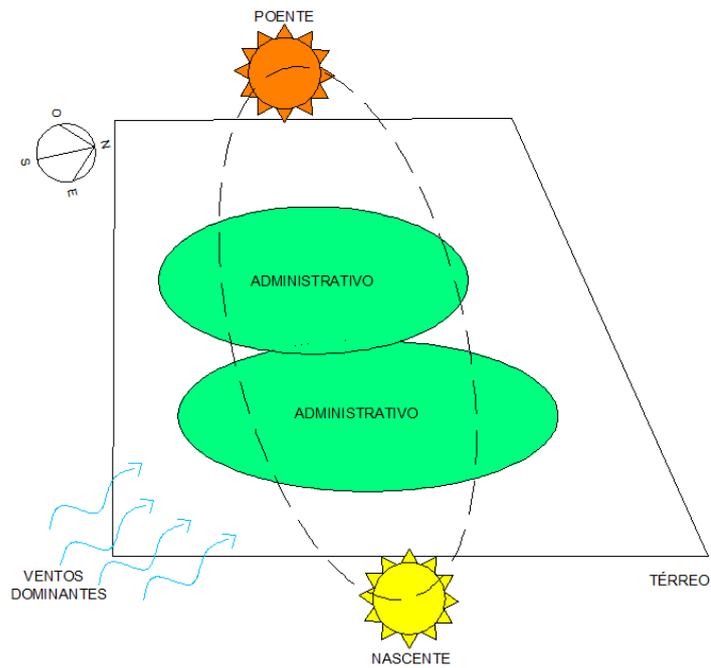
FONTE: Autora, 2013.

No pavimento térreo estão localizados os seguintes setores: social, serviço, administrativo e lazer (Figura 47). Todos eles interligados a partir das necessidades analisadas nos estudos de casos e nos requisitos do manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Tendo em vista que o setor administrativo é o de maior permanência nesse pavimento, ele foi posicionado no sudeste, onde predominam os melhores ventos ao longo do ano.

O primeiro pavimento foi totalmente ocupado pelo setor administrativo, onde funcionará a escola para os internos e as crianças do bairro da Imbiribeira (Figura 48).



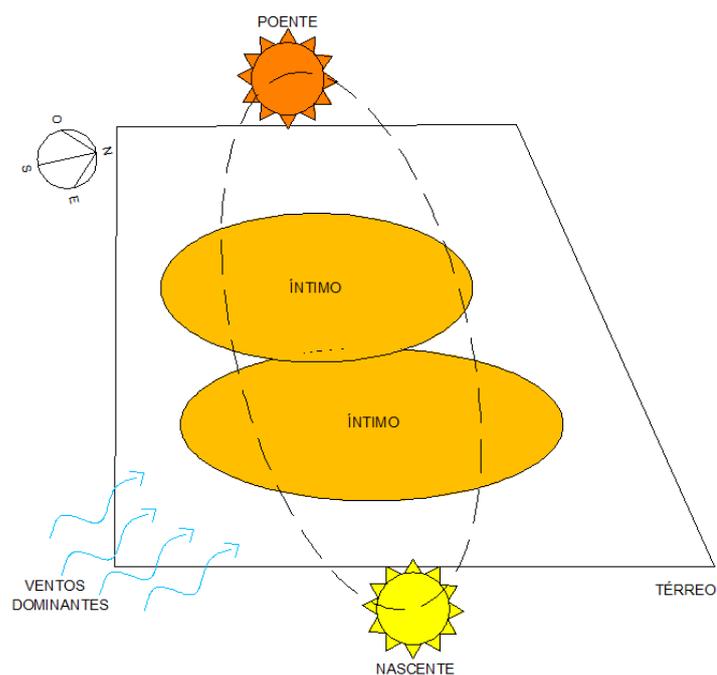
FIGURA 51 – Zoneamento primeiro pavimento



FONTE: Autora, 2013.

No segundo e último pavimento está localizado todo o setor íntimo, onde podemos encontrar todos os quartos e banheiros necessários, além de uma sala de estudos reservada apenas para os moradores do abrigo e uma brinquedoteca (Figura 49).

FIGURA 52 – Zoneamento segundo pavimento



FONTE: Autora, 2013.



4.5.ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO

Seguem em anexo, as plantas do anteprojeto arquitetônico elaborado, com escala indicada e contendo informações como:

- Dimensionamento
- Layout
- Nome dos ambientes
- Locação das estruturas
- Cotas
- Cotas de nível

O conjunto é formado por:

- 01/12 – Planta de Situação e Planta de Locação e Coberta
- 02/12 – Planta Baixa Térreo
- 03/12 – Planta Baixa 1º Pavimento
- 04/12 – Planta Baixa 2º Pavimento
- 05/12 – Planta Baixa de Layout - Térreo
- 06/12 – Planta Baixa de Layout - 1º Pavimento
- 07/12 – Planta Baixa de Layout - 2º Pavimento
- 08/12 – Cortes
- 09/12 – Cortes
- 10/12 – Fachadas
- 11/12 – Fachadas
- 12/12 – Perspectivas



4.6.MEMORIAL JUSTIFICATIVO

O local escolhido para a proposta de anteprojeto do Abrigo Institucional está localizada na cidade do Recife, no bairro da Imbiribeira (Lagoa do Araçá), compondo a RPA6 (Região Política Administrativa 6). O terreno está situado à beira da Lagoa e possui 1.002,67m², sendo 1.536,55m² de área construída e 386,25m² de solo natural. e está ladeado pela Rua Padre Carlos Leôncio e a Av. José Ferreira Lins.

Com base nos fluxos de pedestres e automóveis das ruas vizinhas ao lote, ficou definida a Rua Padre Carlos Leôncio para a entrada do Abrigo, pelo fato de ter um fluxo menos intenso e onde possui local para estacionamento na rua.

O entorno do terreno apresenta edificações com gabaritos que não ultrapassam 10 pavimentos, sendo em sua maioria construções residenciais térreas. A escolha da volumetria retrata a análise do entorno do terreno, apresentando um jogo de volumes com pequenas diferenças de altura.

A proposta foi desenvolvida a partir de um zoneamento onde são determinados os setores: social, íntimo, administrativo, lazer e serviço. Pensando em soluções simples para viabilizar o conforto térmico em ambientes de maior permanência, posicionou-se o setor administrativo e grande parte do setor íntimo voltado para o leste. O setor de lazer encontra-se voltado pra Av. José Ferreira Lins, e situado no térreo, possibilitando a utilização dos equipamentos também por visitantes. Uma parte do setor administrativo, referente a escola comunitária, ocupa todo o primeiro pavimento, onde possuem dois meios de acesso, a escada e a rampa. O setor íntimo foi posicionado no último pavimento, com a intenção de promover mais privacidade aos moradores do abrigo.

O conceito do projeto foi a interação das crianças com a paisagem da Lagoa, toda a área de lazer existente no terreno está voltada para a mesma, assim como, também, quase todas as salas de aula possuem visão da paisagem. Possuindo também um jardim interno, onde se localiza a escada, com ampla visão de toda a circulação dos andares e a presença de ventilação e iluminação natural, devido aos cobogós externos.



A volumetria foi definida a partir de três blocos de tamanhos e alturas distintos, formando um jogo de reentrâncias e saliências. Também foi utilizado um revestimento em placas de ACM com cores, tornando a fachada mais dinâmica. Como era previsto no manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, não é aconselhável a disparidade da edificação com o entorno, logo, buscou-se uma maior semelhança do projeto com as residências presentes na Lagoa do Araçá.

Todos os banheiros e quartos possuem dimensões convencionais e específicas para os portadores de necessidades especiais. Além de circulações com medidas confortáveis e superiores ao mínimo exigido pela NBR-9050.

As salas de aula, onde possuem uma maior permanência dos alunos, podemos encontrar os modelos de layout mais tradicionais, no entanto, as salas de artes, dança, brinquedotecas e sala de estudos, possuem uma disposição dinâmica do mobiliário, onde nem sempre os alunos estão voltados para o professor, e onde podem ser realizadas diversas atividades.

Os quartos estão dispostos de acordo com sexo das crianças, sendo dois femininos, dois masculinos e um para bebês. Todos esses possuem camas para os profissionais que necessitarem passar a noite com as crianças e dimensões superiores às mínimas exigidas na NBR-9050.

Todos os materiais adotados no projeto refletem as demandas encontradas no dia a dia das crianças com necessidades especiais. Em todo o abrigo será utilizado piso claro e em alguns ambientes podemos encontrar superfícies ou móveis em madeira fazendo um contraste com o piso existente.

Toda a circulação vertical é baseada na escada interna e na rampa em estrutura metálica com cores que fazem referência ao revestimento escolhido para a fachada do abrigo. Fazendo contraste com a cor branca também presente na fachada e facilitando através de sua morfologia a ventilação e iluminação natural entre os dois blocos. A solução estrutural da edificação está definida através de vigas e pilares metálicos e vãos que podem chegar até doze metros.



A partir do estudo da volumetria e do entorno do terreno foi possível posicionar adequadamente cada ambiente de acordo com as atividades realizadas e o tempo de permanência em cada um, viabilizando um melhor conforto térmico para os moradores do abrigo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível observar por meio dos estudos de caso que apesar de estarem em funcionamento, os abrigos possuem falhas relativas a acessibilidade, inclusão social e conforto.

Pode-se observar que os abrigos seguem algumas diretrizes presentes no manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, porém, outras são deixadas de lado.

A partir das pesquisas relacionadas ao tema foi possível elaborar a proposta do projeto arquitetônico para um abrigo institucional, proporcionando a seus usuários atendimento especializado com qualidade de vida, colocando em prática as normas de acessibilidade através de uma arquitetura inclusiva.

Este trabalho de graduação produziu um conhecimento sobre a arquitetura de Abrigo Institucional, ampliando a possibilidade de novas pesquisas na área.



REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT-NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Senac, 2007.

COSTA, F. A. Pereira da. **Arredores do Recife.** Recife: Massangana, 2001.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Presidência da República, Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm, acessado em: 02/03/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Censo Demográfico de 2000. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=438>, acessado em: 06/05/2013.

ISTOÉ, Revista - 13 de Fevereiro de 2013, nº 2256, p. 50

Lei Municipal nº16.176, de 1997. **Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).** Prefeitura do Recife

Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: CONANDA – CNA, 2008.

MELLO, Renata. **Arquitetura Inclusiva – Uma nova cultura.** (2011, p.01) Disponível em: <http://www.slideshare.net/renatamello/arquitetura-inclusiva>, acessado em 15/03/2013

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível em:



<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/altacomplexidade>, acessado em 18/03/1013.

NEUFERT, Peter. **Arte de projetar em arquitetura**. 17ª Edição, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2004.

NORMA DE FORMATAÇÃO. **Trabalho de conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo**. Faculdade Damas, 2013.

POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Presidência da República, Lei nº 7.853 de 24 de Outubro de 1989. Decreto nº 3.298. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm, acessado em: 06/05/2013.

ROSSO, Silvana Maria. **Arquitetura Inclusiva**. Revista AU. Disponível em: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/180/artigo128101-2.asp>, acessado em 15/03/2013.

Segunda Vara da Infância e da Juventude. (2008). Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/infancia/>, acessado em 13/03/1013

Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>, acessado em 10/03/1013

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da RESOLUÇÃO Nº 109 Publicada no Diário Oficial da União, 25 de novembro de 2009.